

Nova morfologia do trabalho, crise do sindicalismo e emancipação humana na contemporaneidade / *New morphology of work, unionism crisis and human emancipation in the contemporary*

ALZIRA MITZ BERNARDES GUARANY¹

Resumo: Este artigo é parte de um estudo mais amplo acerca da saúde mental e do trabalho, de caráter bibliográfico e empírico. Tem a intenção de discutir a crise do capitalismo, a nova morfologia do trabalho promovendo inovações em suas formas de gestão e os rebatimentos desta conjuntura no movimento sindical e no projeto de emancipação humana. Ele se propõe a realizar uma análise crítica das lutas sociais históricas e dos processos organizativos da classe trabalhadora que vem sofrendo na contemporaneidade violentas ofensivas em diversas dimensões, dificultando a consecução de um projeto societário alternativo de emancipação humana ao mesmo tempo em que reafirma sua necessidade na medida em que assistimos nos últimos tempos a uma das mais nefastas tragédias sociais da humanidade, dando sinais da falência do projeto civilizatório proposto pela sociabilidade burguesa.

Palavras-chave: trabalho; sindicalismo; emancipação humana.

Abstract: This paper is part of a broader study on the mental health and work, bibliographic and empirical. It intends to discuss the crisis of capitalism, the new morphology of work promoting innovations in their management and the repercussions of this situation in the trade union movement and the project of human emancipation. He proposes to carry out a critical analysis of the historical social struggles and organizational processes of the working class that has suffered in the offensive violent contemporary in various dimensions, making it diffi-

1 Assistente Social, doutora em Serviço Social pela ESS/UFRJ, professora adjunta da ESS/UFRJ, pesquisadora da área do trabalho e saúde do trabalhador; líder do grupo de pesquisa LEPPTras/ESS/UFRJ.

cult to achieve an alternative social project of human emancipation while reaffirming its necessity in as we have seen in recent times one of the most damaging social tragedies of humanity, showing signs of failure of the civilizational project proposed by bourgeois sociability.

Keywords: work; unions; human emancipation.

A ascensão da burguesia no século XIX teve como uma de suas principais consequências a desnaturalização das desigualdades sociais e a libertação do homem do regime de servidão presentes nas sociedades pré-capitalistas com a constituição de um novo modo de produção. Criou condições para o homem tornar-se livre de forma a poder estabelecer um contrato de venda do seu produto ou daquilo que lhe pertencesse.

Se nada produzisse para vender, de qualquer forma estaria livre para comercializar o que lhe restava: sua força de trabalho. É nesse ponto que se instala um dos paradoxos presentes nesta forma de organizar a sociedade moderna, qual seja o fato do trabalho ser uma atividade explorada e alienante, quando caberia a ela dar o sentido de humano ao homem, segundo Marx (2004). Cabe(ria) à atividade laboral ser fomentadora de seu progresso intelectual, material e moral, entretanto na sociabilidade burguesa ela transforma-se em grilhão! No novo contexto, deixa de ser sinônimo de libertação e de realização, e passa a ser caminho de alienação e de sofrimento do trabalhador e sepulta, na maioria das vezes, sua capacidade criadora.

Ainda segundo o autor, a atividade criadora do homem, o trabalho, proporcionaria pouco a pouco pleno domínio sobre as forças da natureza graças ao completo desenvolvimento tecnológico e das forças produtivas, liberando o homem da dedicação dessa atividade em tempo integral. Nesta conjuntura a emancipação humana seria concreta e a vida seria baseada na associação livre de indivíduos moralmente iguais, à base da apropriação e controle comum dos meios de produção. Contudo, passado algum tempo desde sua ascensão, o capitalismo ainda busca estratégias para frear a única força capaz de superá-lo, a classe trabalhadora e ainda encontramos muito longe de alcançar

este patamar. Como afirma Iasi (2011) citando Marx: “Os seres humanos continuam eles mesmos fazendo sua própria história, embora não como desejariam”. (2011, p. 74).

Sendo o trabalho um ato humano ontológico e ineliminável, constituiria caminho necessário para que o homem realizasse o projeto de emancipação humana, contudo a sociedade não tem uma evolução linear, pelo contrário, é marcada por luta de classes, avanços e retrocessos numa incessante correlação de forças.

Na sociabilidade burguesa a atividade laboral perdeu seu potencial libertador e realizador do humano, já que a geração de riqueza depende de que ela seja explorada e para tanto necessita do trabalhador e do trabalho alienados, para que a extração de mais-valia, absoluta e/ou relativa fosse realizada, além da expropriação do produto dela resultante. Hoje o labor encontra-se estruturalmente metamorfoseado e vive uma das suas mais profundas crises, afetando a classe-que-vive-do-trabalho² em seu cotidiano e também em seu potencial organizativo e de lutas.

Foram as lutas travadas pelo coletivo organizado dos trabalhadores que limitaram a avidez do capital, mas hoje o sindicalismo está abatido por diversos elementos externos e internos à sua estrutura, dentre eles a própria crise do trabalho, sua nova morfologia, a forma de organizar a produção, as dificuldades internas às organizações sindicais, bem como o ideário neoliberal investindo contra ele e contra qualquer forma de proteção ao trabalhador. Tudo isso conformando a necessidade de reposicionamento, reestruturação e projeção de outras e novas estratégias de luta, pois o trabalhador encontra-se cada vez mais vulnerável e acumulando perdas consideráveis das conquistas históricas do movimento, seja no plano internacional ou no Brasil.

Nesta conjuntura faz-se urgente realizarmos uma análise crítica, mesmo que superficial, no plano dos países capitalistas centrais e nos

2 Um dos braços da crise é o desemprego estrutural, daí Antunes (2009) dizer que na atualidade não podemos falar em classe trabalhadora, mas sim em um conjunto ampliado e heterogêneo, composto pelo operariado industrial, o trabalhador rural assalariado, os assalariados de serviços, os terceirizados, além do desempregado.

periféricos de avaliação das lutas sociais, dos movimentos sociais, e principalmente dos processos organizativos diante das investidas contra o trabalho, pois o resgate do projeto civilizatório e emancipatório dependem disto.

Diuturnamente o capital usa de todos os seus aparelhos ideológicos para nos convencer de que é o fim da história, mas a capacidade de reação e transformação estão sempre colocadas. Neste esforço o sindicalismo de classe³ junto com outros atores sociais tem alguma chance de fazer frente ao capital de forma que a classe-que-vive-do-trabalho possa voltar a vislumbrar a possibilidade da construção de uma nova sociabilidade na qual haja mais igualdade concreta e oportunidades de uma vida justa.

A perspectiva de luta pela emancipação humana foi ou está sendo trocada pela acomodação social, pelo individualismo, pelo pragmatismo, pelo derrotismo, conformismo e até pelo colaboracionismo com o capital, ou como chama Alves (2000) pela postura proativa com o capital.

As lutas pelo controle social da produção que foram extremamente intensas nos anos 60/70 na Europa, e no Brasil nos anos 80, parece na conjuntura atual cada vez mais ausente do cenário político. Como diz Iasi (2011), hoje os trabalhadores e seu movimento organizativo parecem ser mais espectadores do processo do que expectadores, e não mais motor da história. Dão a crer que acabaram submetidos pelo capital. Aprender este momento político, econômico e social como fim da história é que leva ao derrotismo.

O movimento é processual, dialético e historicamente determinado, que por se dar sobre bases contraditórias, implica numa correlação de forças que em dado momento impõe retrocessos para mais adiante garantir avanços. Precisamos identificar neste momento as potencialidades presentes na conjuntura para continuar a lutar.

Este artigo é parte de um estudo mais amplo de caráter bibliográfico acerca do trabalho. Seu escopo é a partir de uma breve revisão da literatura apontar elementos presentes na crise do capital que levaram à

3 Há diversos tipos de sindicalismo que serão definidos mais adiante.

metamorfose do trabalho, bem como identificar o impacto disto no movimento sindical.

A metamorfose do trabalho e sua nova morfologia

Temos sido defrontados na atualidade com a defesa da ideia de que não há mais centralidade do trabalho, pois não temos mais o proletário como motor da história nem o setor produtivo como espinha dorsal da economia. Daí termos superado a contradição histórica entre capital e trabalho e a luta de classes. Essa tese se apoia no argumento do não cumprimento das promessas do projeto civilizatório de modernidade (HARVEY, 1994) e na defesa de sociedade colaboracionista na qual haveria harmonia e solidariedade entre as classes e não antagonismo. Contudo, conforme Antunes (2009), na ontologia do ser social uma sociedade sem trabalho é impensável, pois é da exploração dele que o capital gera riqueza.

A história do trabalho na sociedade moderna foi e é marcada pela luta constante entre os trabalhadores, que tentam garantir um nível mínimo que os possibilite (sobre)viver, e o capital, que sempre busca reduzir ao máximo este mínimo. Para tanto lançou mão de diversas ferramentas ao longo da história, dentre elas alguns modos de gestão do trabalho, como o taylorismo/fordismo e mais recentemente a escola japonesa ou toyotismo.

Sob a égide do taylorismo/fordismo a organização do trabalho era calcada na integração mecânica do trabalho. Hoje temos uma integração orgânica, na qual além do “fazer” e do “saber” do operário busca-se também capturar o seu consentimento, a sua subjetividade através da subsunção⁴ real do “trabalho vivo”, que ocorre sob a forma de gestão japonesa, ou toyotismo como aponta Alves (2000).

É uma nova forma de gerir a força de trabalho que se torna predominante na maioria das organizações em nível mundial entre as décadas de 60 e 70 do século passado. Promove estruturais mudanças na

4 Subsunção, processo mais profundo que submissão, pois nesta última pode existir certa docilidade e aquiescência; já subsumir aponta para um processo permanente de medição de forças, precisando ser reiteradamente afirmada, como aponta Galvan, in Alves (2000).

esfera laboral, algumas delas de caráter estrutural como o estímulo à fabricação globalizada, o deslocamento e a pulverização geográfica da produção, visando baratear o custo de produção.

A adoção desta nova organização do trabalho, de cariz mais flexível se baseava em algumas premissas, dentre elas a troca do trabalho vivo pelo trabalho morto, promovendo a liofilização organizativa, conforme aponta Guarany (2014) citando Antunes (apud LOURENÇO, 2010), que expurga mão de obra e emprega tecnologia, promovendo o desemprego estrutural, a precarização das relações de trabalho e a queda dos níveis salariais.

Hoje, o trabalho e a produção que resultam destes novos arranjos têm seus ambientes organizacionais marcados pela competição, pelo individualismo, inclusive na esfera pública.⁵ Isto acaba por debilitar a classe trabalhadora nas dimensões objetiva e subjetiva, impondo ao trabalhador uma situação de instabilidade que prejudica seu processo de consciência com impactos decisivos na solidariedade de classe. O mundo do trabalho emerge deste cenário mais complexo, heterogêneo e fragmentado.⁶

Por mais que o desenvolvimento do capital e sua mundialização tenham aprofundado o estranhamento entre o trabalhador e o seu trabalho, este último continua sendo a preocupação central do capitalismo. Mesmo tendo sofrido estrutural reversão na esfera produtiva nas últimas décadas, aumentando seu quantitativo na esfera improdutiva e sofrendo com a flexibilização crescente, o trabalho continua a ser central na sociedade. O que mudou foi a sua forma e junto com ela o perfil do trabalhador requerido, já que nos ambientes de trabalho passou a imperar cada vez mais a flexibilidade.⁷

5 Para saber mais sobre este processo ver Guarany (2014).

6 Boito, apud Santana e Ramalho, aponta que “[...] as classes trabalhadoras sempre apresentaram uma heterogeneidade e fragmentação socioeconômica muito grande. Essa fragmentação se renova e se transforma a cada nova etapa do capitalismo”. (SANTANA; RAMALHO, 2003, p. 331)

7 A flexibilidade sempre esteve presente no mundo do trabalho, sendo conforme Alves (2000) algo intrínseco à produção capitalista, revolucionando de modo constante as condições de produção. Marx em *A ideologia alemã* (1985) já falava dela, mesmo que de forma superficial. Apontava a exigência que a indústria moderna tinha de variar o trabalho, dar-lhe fluidez e mobilidade, mas foi a partir

Dentre as várias experiências de arranjos produtivos para encontrar àquele que pudesse preservar o capital da crise de superprodução que se instalava, o toyotismo foi o que maior alcance obteve na economia mundial. Surgiu no Japão na década de 50 e junto com a ofensiva neoliberal foi um dos mais duros, se não o maior golpe sofrido pelo trabalho na correlação de forças histórica com o capital.

O trabalhador inserido no processo de produção toyotizado e flexível sofre a subsunção de sua dimensão objetiva, já que se submete à rotinização imposta pela organização de trabalho, além de também subsumir sua esfera subjetiva, na medida em que é alcançado pelas inúmeras estratégias de captura e manipulação de seu consentimento e de sua inteligência, que são então postas a serviço da valorização do capital.

Importante destacar que esta nova forma de gerir a força de trabalho não rompe com a anterior, qual seja o taylorismo/fordismo, mas a ela se soma e promove a captura da subjetividade do trabalhador, engendrando inclusive um novo perfil a ele requerido, mais adequado à nova etapa do capitalismo.

Na era puramente fordista/taylorista, o trabalhador era submetido à lógica do capital, porém os antagonismos de interesse eram mais claros e ele possuía consciência das contradições entre as classes e sabia a qual delas pertencia. No toyotismo forjam-se novas estratégias, como inovações organizacionais, institucionais e relacionais que acabam por promover a captura da subjetividade do trabalhador, logrando a manipulação da força de trabalho.⁸

É como Alves (2000) aponta, um processo que registra uma ruptura no interior de uma continuidade, ou ainda uma superação no sentido dialético, já que supera conservando. Há a maximização da intensidade do trabalho (promovida pela Revolução Tecnológica), mas

da crise de 60 com a ofensiva neoliberal, que esta flexibilidade alcançou dimensões nunca antes realizadas, tendo como “momento predominante”, toyotismo, segundo Alves (2000).

8 Interessante notar que já havia registros que davam conta da importância da captura da subjetividade do trabalhador antes mesmo no fenômeno de mundialização do capital. Alves (2000) aponta que no livro *Beyon Capital*, Mezsáros faz referência à Babbage, que já no século XIX defendia a importância desta captura para o capital.

que prescinde ainda da repetitividade na produção, com novas características (não mais de movimentos manuais). Os ideólogos do toyotismo e defensores do capital chamam essa nova estratégia de requalificação e polivalência do trabalhador, o que na realidade não passa de desqualificação profissional e técnica, já que seu trabalho é totalmente esvaziado de conteúdo concreto.

O toyotismo adula o trabalhador individualmente, estabelecendo, por exemplo, a relação entre salário e produtividade, promovendo a meritocracia que “destaca” os melhores, incentivando a competição entre eles, defendendo ainda o aumento da participação do trabalhador no processo de trabalho por meio dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), gestão participativa e sistema de sugestões.

Todas estas iniciativas são postas para os trabalhadores como sendo a preocupação da organização em promover a participação dos mesmos na estrutura, como reconhecimento pelo seu esforço e envolvimento e é assim que elas são incorporadas pelos mesmos, de forma positiva, pelo menos por uma significativa parcela daqueles que estão inseridos no mercado. Mas em verdade, na essência são todas estratégias voltadas para a maximização da produção e do lucro e não visam o bem-estar da mão de obra trabalhador. São inovações gerenciais e organizacionais que concorrem para a captura da subjetividade operária.

Verifica-se o surgimento de uma nova classe operária e o aprofundamento da desigualdade social, que têm como marcas um nível de educação formal mais elevado e alta qualificação, além de uma crescente fragmentação em seus aspectos de gênero, cultura e etnia. A classe trabalhadora sofre uma redução numérica no centro do processo de produção, mas têm seu crescimento registrado nas zonas periféricas e precárias do mesmo processo. Ocorre ainda o crescimento da subproletarização,⁹ na medida em que surge e cresce o número de trabalhadores temporários, subcontratados, escondendo sob o fenômeno da quantidade, a questão da qualidade dos empregos criados, já há uma grande parcela dos trabalhadores que a tecnologia e a robotização expulsaram

9 Alves (2000) salienta que esta população é o equivalente contemporâneo do proletariado sem direitos, empobrecido e superexplorado do capitalismo primário. Somada a este grupo há os desempregados estruturais.

do mercado e eles acabam indo para a informalidade, para o trabalho precário ou para as ruas, gerando uma nova exclusão.

A flexibilidade que passa a marcar o trabalho, bem como todas as táticas usadas pelo capital somadas ao ideário neoliberal, produz um panorama que aprofunda as desigualdades surgidas no decorrer do século XX, forjando novas exclusões sociais, configurando mais um duro golpe a já frágil solidariedade de classe.¹⁰

A desestruturação do mundo do trabalho leva a classe trabalhadora a viver num clima de insegurança crescente e contínuo. Como diz Dejours (DEJOURS in SNEELZWAR, 2004), temos um sofrimento que é causado pela organização do trabalho, mas que acaba por ser aprofundado pelos fracos laços que os trabalhadores estabelecem entre si: [...] todas as formas clássicas de solidariedade estão em processo de desestruturação – e não apenas as estratégias coletivas de defesa (p. 17).

Diante deste cenário os sindicatos parecem ter perdido parte de sua vitalidade e força. Os elementos que contribuíram para tanto são diversos, mas Marx (1978) já sinalizava a necessidade de se tomar cuidado com as estratégias utilizadas pela luta organizada, pois em sua opinião desde os primórdios o movimento:

[...] luta contra os efeitos, mas não contra as causas; [...] logra conter o movimento descendente, mas não fazê-lo mudar de direção; [...] aplica paliativos, mas não cura a enfermidade. (MARX, 1978, p. 99).

Ao falar no Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores em 1865, Marx sugeriu que se empreendesse uma luta para garantir não somente o imediato, os meios básicos de subsistência ou artigos de primeira necessidade, mas que visasse a superação do sistema calcado na exploração do trabalhador. Em outras palavras, já pressentindo que para superar a desigualdade não poderia haver concessões, a oposição deveria ser total, pois para ele estava posto o risco de se perderem no processo de luta.

10 Senett (1999) em seu livro *A corrosão do caráter*, baseado no relato de duas gerações, promove uma discussão sobre a fragilidade dos valores morais e éticos impostos e necessários por este novo padrão de acumulação flexível e os impactos disto no caráter do homem.

Até os últimos anos do século XIX a tendência mais expressiva, mas não hegemônica do movimento operário clássico foi a de romper e promover a transformação social. A partir do início do século XX ganhou força a disposição social-democrata, que acreditava “inocentemente” em reformar o capitalismo e instaurar o socialismo “aos poucos”.

Este tipo de sindicalismo conhecido como de resultado passa a ser preponderante e atribui ao tipo de classe e de confronto um duro golpe, agravado por dois fatores: a ofensiva neoliberal e a predominância do toyotismo no mundo do trabalho.

Segundo Alves (2000), ao longo da história do movimento organizado dos trabalhadores algumas estratégias sindicais podem ser destacadas:

- 1) resistência operária de confronto, que se negava a colaborar com o capitalismo;
- 2) influência defensiva, caracterizada pela negociação com o capital, visa minimizar os impactos das ofensivas do capital sobre o trabalho;
- 3) e por fim aquela que Alves (2000) chamou de influência propositiva, que dominou o sindicalismo brasileiro nas últimas décadas, e se propôs a dialogar com o capital e agir limitado à sua ordem.

Entretanto cremos que a crise do sindicalismo moderno marcada pelo declínio da representação sindical é mais complexa. Além do desemprego estrutural há outros elementos que precisam ser avaliados quando falamos no baixo número de sindicalizados. Dentre eles podemos elencar, além de questões equivocadas relacionadas as suas estratégias:

- 1) a nova divisão internacional do trabalho, que em função do processo de mundialização do capital agregada à migração de milhares de empregos dos setores industriais (de altos e históricos índices de sindicalização) para o setor de serviços (historicamente de difícil sindicalização);
- 2) feminização do mercado (mulheres historicamente tem baixos índices de sindicalização);

- 3) crescimento do subproletariado tardio que pelas condições de vida e de trabalho, os leva a ter como preocupação primária sobreviver, são pouco suscetíveis à sindicalização para além das estratégias de luta escolhidas;
- 4) fatores socioinstitucionais: por muito tempo os sindicatos se organizaram em um modelo burocrático de cariz vertical e corporativo, que dominou o período da grande indústria, mas que não cabe mais no cenário atual;
- 5) e finalmente os fatores político-ideológicos os quais apontavam para a cooperação com o capital.

O movimento organizado da classe trabalhadora emerge no início do XXI combalido e enfraquecido. A maioria dos sindicatos adere à lógica do capital tornando-se cooperativos às empresas e realizando um sindicalismo de resultados, forjando o que Alves (2000) chama de “novo egoísmo de fração”,¹¹ criando um sindicalismo que aprofunda o processo de burocratização dos sindicatos e inscreve o neocorporativismo no movimento.

A metamorfose do mundo do trabalho no Brasil e a crise do movimento sindical

O capitalismo brasileiro se desenvolveu sob a proteção e apoio do Estado que investiu em infraestrutura de forma a dar condições para a instalação das fábricas, além de também conceder “incentivos” fiscais e conferir favores para atrair o capital estrangeiro.

Por ser um país de capitalismo tardio o Brasil sempre se colocou como subordinado aos interesses e necessidade dos países centrais, o que marcou a história da classe trabalhadora brasileira bem como do seu movimento sindical.

A classe trabalhadora brasileira mesmo tendo começando a se forjar com a mistura entre os escravos libertos e os europeus imigran-

11 Segundo Gramsci “egoísmo de fração” é a manifestação de interesses de ordem particular e individualista, sem a perspectiva de reivindicações nem de uma consciência de classe.

tes, e apresentando desde então um potencial contestatório à superexploração do trabalho, foi somente nos anos 50 que se consolidou e se massificou, fortalecendo-se como classe neste período.

O processo de industrialização no Brasil se deu a partir do financiamento de capital estrangeiro com a instalação de plantas industriais na década de 50, principalmente de indústria de produção de bens de consumo duráveis, congregando um enorme número de trabalhadores, constituindo o trabalhador coletivo e facilitando o “reconhecimento” e a insurgência contra a exploração a que eram submetidos. Neste período, sob predomínio da organização do trabalho taylorista-fordista nas indústrias, emerge um novo proletariado metalúrgico nacional.

Submetida na época da ditadura militar a uma exploração sem precedentes na história, com uma extensa, intensa e extenuante jornada de trabalho e recebendo como pagamento um salário que ia paulatinamente sendo depreciado, a classe operária brasileira, juntando-se ao restante da sociedade, vai engendrar um processo de luta que acaba por extrapolar a esfera do trabalho e pela primeira vez na história do Brasil consegue a participação da sociedade como um todo na discussão dos rumos do país.

Para retomar o controle da força de trabalho o Estado articulou um fordismo mais violento e adotou um toyotismo chamado por Alves (2000) de restrito,¹² mas que já demonstrava a preocupação do capital em buscar novas formas de gerir a produção capitalista brasileira.

A agenda dos sindicatos no Brasil na década de 1980 exigia uma maior participação dos trabalhadores no processo decisório e no debate contra a superexploração do trabalho. Somava-se a isto o momento político e econômico pelo qual o Brasil passava: uma economia ainda protegida pelo Estado da concorrência mundial, saindo de uma ditadura civil-militar e com participação crescente da sociedade civil nos debates sobre o rumo do país, exigindo uma nova Constituição. Marcava o sindicalismo desta época um perfil classista e combativo,

12 Alves (2000) chama o toyotismo nascente no Brasil de toyotismo restrito porque na sua implantação ele enfrentou o caráter classista e de confronto que marcava na época os sindicatos vinculados à CUT, e que resistiam à cooptação ideológica do operariado.

representado, dentre outras, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) que tinha claramente o compromisso com a construção de uma nova sociedade de cariz socialista.

O aumento da participação dos trabalhadores de setores da classe média e “universitária”, como professores, funcionários públicos, médicos entre outros, além do avanço do sindicalismo rural, também é um elemento determinante para a consolidação do movimento sindical no Brasil, em contraste com a crise profunda vivida pelo sindicalismo nos países centrais.

Este período coincide com uma nova ofensiva do capital no mundo e que alcança um novo patamar nos anos 80. A despeito disto ou até por isso também, diante das diversas mobilizações e reações da classe trabalhadora brasileira contra o capital, começou a ser implantada em muitas fábricas brasileiras a Qualidade Total, tendo como carro chefe os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), que pregavam a intervenção do operário no processo de produção e nas condições de trabalho.

A adoção dos CCQs era na verdade uma nova tentativa do capital para controlar o trabalho, pois a participação que o capital buscava não era genuína, mas trazia a intenção de cooptar a inteligência do trabalhador e colocá-la a serviço da maximização dos lucros. Entretanto algumas mudanças nas condições de trabalho foram realizadas, mas em verdade escondiam interesses do capital com os novos e grandiosos investimentos da modernização do parque industrial.

Este período foi marcado por deslumbramento e otimismo da parte de uma parcela do movimento organizado dos trabalhadores, apontando uma tendência da formação de uma parceria do trabalho com o capital, deixando cada vez mais de lado a postura classista e de enfrentamento que marcou a luta dos trabalhadores até então.

Foi somente a partir da adoção do neoliberalismo que o capital conseguiu impingir ao trabalho e ao seu movimento de luta brasileiro o mais duro golpe. Dentre outras consequências para a classe-que-vive-do-trabalho, podemos enumerar:

- 1) alteração da percepção da existência de uma sociedade constituída por classes antagônicas;

- 2) obstaculização da possibilidade de perceber a luta de classes e a correlação de forças entre elas nos diversos complexos sociais.
- 3) além de dificultar com tudo isso a tomada da consciência, pois conseguiu aos poucos promover uma parceria entre capital e trabalho, adotando o toyotismo e outras novas estratégias de gestão do trabalho, como também de investidas em outras esferas da vida social.

Os anos 90 são marcados por um cenário no qual os principais centros de resistência dos trabalhadores são duramente atingidos, contribuindo para o surgimento do que Boito in Santana e Ramalho (2003) chama de sindicalismo de cariz neocorporativo. No Brasil a implantação da flexibilidade se dá por intermédio da negociação entre os trabalhadores e o capital, como por exemplo, a adoção de banco de horas ao invés de pagamento das horas-extras, o que revela a prostração do movimento sindical diante da ofensiva do capital neste momento histórico.¹³ Aliada à postura “cooperativa” dos trabalhadores está o desmonte da legislação de proteção ao trabalhador, permitindo legalmente a flexibilização. A partir de 1987 o sindicalismo no Brasil consolida uma nova direção tendo como marco histórico o III Congresso da CUT no qual se adotou a negociação em detrimento do enfrentamento.

Frente a isto, o sindicalismo opta por estabelecer uma parceria com o capital, de forma a tentar alcançar as metas e os objetivos das empresas, pensando que o alcance deles teria como contrapartida a melhoria da qualidade de vida do trabalhador, saindo de cena a postura classista e as reivindicações de classe, adotando a cooperação conflitiva.¹⁴ O sindicalismo passa a ser propositivo e “parceiro” do capital,

13 É interessante apontar que o desenvolvimento das forças produtivas deveria ser acompanhado por uma correspondente liberação do trabalhador do tempo dedicado ao trabalho, de forma a que ele pudesse dispor deste tempo para sua plena realização, mas o que assistimos acontecer é uma constante e mais violenta usurpação dele.

14 Erro que como citamos em páginas anteriores Marx (1978) apontava que o movimento sindical morreria no século XIX.

ocasionando o que Alves (2000) chama de inflexão político-ideológica do movimento sindical.¹⁵

Alguns autores avaliam este novo posicionamento como um avanço, pois acreditam que a adoção de uma postura propositiva e a abertura do diálogo com as empresas nestas bases represente um progresso. Os sindicatos passam a ser chamados a opinar, negociar e propor.

Os anos 90 trouxeram um avanço para os sindicatos, mas este não vem da adoção desta postura e sim pelo fato deles terem deixado de ser tutelados pelo Estado, abandonando o corporativismo de Estado estabelecido desde a era Vargas, e só. Em contrapartida perdem e muito, pois passam a ser tutelados pelo capital. Opinam e participam, mas a decisão de onde e quando serão feitos os investimentos, o que se vai produzir continua a ser dos capitalistas.

O movimento sindical brasileiro manteve-se dentro da lógica e das estratégias de enfrentamento classista adotadas até este período,¹⁶ não permitindo uma análise crítica e realista do contexto social de forma a poder, a partir da antecipação, traçar ações à altura do golpe que o neoliberalismo e o toyotismo, desferiram nos sindicatos de cariz classista.

Alves aponta alguns elementos presentes nesta dificuldade:

- 1) a estrutura descentrada, fragmentada e dispersa do movimento sindical;
- 2) um amplo espectro de sindicatos com pouca expressão representativa e de força no conjunto do movimento;

15 Segundo Gramsci ocorre com os sindicatos o “egoísmo de fração” que é a manifestação de interesses de ordem particular e individualista, sem a perspectiva de reivindicações nem de uma consciência de classe. Para este autor e outros marxistas, como Rosa de Luxemburgo, Lenin, entre outros, os limites dos sindicatos está justamente em sua lógica ontológica e histórica, que os manteve e ainda os mantém na ordem do capital.

16 Cabe aqui destacar que em verdade a presença do sindicalismo classista era hegemônica, mas não total, já que junto à CUT havia a Força Sindical, que desde sua fundação defendia um sindicalismo de resultados (ROSSI, GERAB, 2009).

- 3) os poucos empreendimentos de caráter coletivo e unificado dos trabalhadores como um todo e ainda a parca inserção e a falta de raiz no interior das empresas, sendo naquele momento uma estrutura externa a estas.

Somada a tudo isto ainda há a dificuldade de empreender ações horizontais que congregassem a classe trabalhadora como um todo, o que acabou ficando ainda mais difícil diante do padrão descentralizado imposto pela reestruturação produtiva.

Havia ainda dentro da própria CUT um debate entre os socialistas, que defendiam o confronto e a luta aberta de classes e outros (de cariz) social-democrata que eram favoráveis à estratégia da participação dentro da lógica do capital para aos poucos ir dominando e empareando o capital, além da Força Sindical, que desde sua criação em 1990 defendia o sindicalismo de resultados.

Com a mudança do cenário econômico no planeta, a mundialização do capital, a reestruturação produtiva, a ofensiva neoliberal, e a financeirização da economia, o cariz propositivo e de resultados torna-se hegemônico no movimento sindical, firmando uma parceria com o capital.

Esta nova direção deixa o trabalho ainda mais refém da lógica capitalista, na medida em que hoje não apenas o domina pela força, mas apropria-se de sua dimensão subjetiva, conquistando sua permissão para o processo de exploração e submissão, enfraquecendo a possibilidade e a potencialidade de tomada de consciência de classe e de reação diante das investidas do capital.

Consolida-se, a partir deste momento a via da consertação social no meio sindical, que busca “dissolver” o antagonismo de classes, estabelecer a cooperação conflitiva, adotando a política do ganha-ganha e da convergência de interesses, propõem-se a abertura de diálogo com o capital. Diálogo este que acabou sendo limitado, na medida em que permaneceu dentro da sua lógica. Até conseguiu impor alguns limites às investidas do capital, mas permaneceu consultivo, sem poder decisório efetivo, já que esta prerrogativa sempre foi e continua sendo do capital.

A partir dos anos 90 a crise que se abateu sobre o movimento sindical de cariz classista e de enfrentamento conforma um colapso

estrutural no movimento organizado dos trabalhadores que passam a adotar uma direção neocorporativista e propositiva.

Os analistas da crise que se abate sobre o movimento sindical e a inércia em reagir, imputam essa desesperança ao abatimento sofrido pelo fracasso das experiências de socialismo real. Este fato pode ter sido um dos determinantes, mas com certeza não foi o único. Estão presentes neste cenário e que não podem ser desprezados, a mudança do processo de produção com a introdução de um padrão toyotista flexível, a reestruturação produtiva e a ofensiva neoliberal. Todos convergindo para mais uma vez abater o poder da classe trabalhadora na luta contra o capitalismo.

O contexto que se forjou a partir da confluência de todos estes elementos foi um cenário no qual o trabalhador emerge com grande dificuldade de identificar qual seu lugar na luta contra o capital, além de ele passar a “consentir” a exploração, não se percebendo como explorado, graças às novas estratégias de gerenciamento da força de trabalho que promovem a subsunção do trabalhador e a captura de sua subjetividade, além de produzir uma nova exclusão social,¹⁷ que aparece reificada para aqueles que a vivem e para a sociedade como um todo.

O processo de consciência, os sindicatos e a emancipação humana

No movimento real, a classe proletária ao não concluir o seu ciclo revolucionário acaba por novamente se imiscuir na situação que sua ação teria tentado negar e superar, e “retorna” à sociedade e à posição de indivíduos em concorrência, não mais se reconhecendo como sujeitos históricos universais, únicos capazes de construir, pela ação revolucionária, novas relações de produção e sociabilidade.

17 Só para ilustrar esta relação, com o fenômeno da terceirização, os índices de ausência de equipamentos de segurança, trabalho sem registro e jornadas mais extensas não ultrapassam 5% da força empregada por esta modalidade, o que demonstra uma efetiva melhora nas condições de trabalho, mas alarma saber que a diminuição dos benefícios sociais para a força de trabalho terceirizada alcança 72,5%, bem como os salários pagos aos terceiros é mais baixo do que para aqueles com contrato permanente em 67,5% dos casos. (ALVES, 2000, p. 269).

Iasi (2011) ao falar sobre emancipação faz uma distinção necessária entre emancipação política e emancipação humana. A primeira só é possível dentro da sociabilidade burguesa, contudo é abstrata. Já a última é a que verdadeiramente resgata o mundo e as relações sociais e o restitui ao próprio homem. Seu alcance está necessariamente implicado com a capacidade de organização e articulação da classe proletária, mas também e talvez primariamente com o processo de consciência, que segundo Iasi (2011) não é linear, muito menos contínuo. Ele implica elementos subjetivos, históricos, familiares, e se dá dentro de um movimento dialético, no qual há rupturas e superações com continuidades, onde o novo está sempre na presença do antigo e vice-versa. Ora avançando e, em outros momentos, retrocedendo.

No Brasil, o momento presente configura exatamente este processo. Após passar por uma fase de agudização da luta de classes na qual ficaram claro os interesses antagônicos, na qual houve forte mobilização e controles sociais, via partidos, movimentos sociais e sindicatos os quais se fizeram muito presentes nos debates e nas instâncias decisórias, conseguiram impingir ao capital algumas derrotas, como muitos dos itens constantes na Constituição de 88, o cenário hoje é de retrocesso sem precedentes.

O ciclo foi encerrado com o retorno do “movimento” à lógica e à sociabilidade burguesas em diversas dimensões, entretanto se percebido como ciclo e não como fim da história, traz em si a potencialidade de vir a ser diferente, traz em si a possibilidade de se construir outro cenário, cabendo ao sujeito histórico retomar seu papel, reconstruir-se, reconfigurar-se, reencontrar-se para mais uma vez avançar na luta pela construção de uma nova sociedade capaz de estabelecer-se a partir da emancipação humana.

Considerações finais

Marx, através de sua teoria social, forneceu aos homens em geral e aos trabalhadores em particular subsídios e bases para que lutássemos pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária onde não deveria haver necessidade de adaptação do homem a qualquer organização do trabalho, mas sim do trabalho ao homem.

O sindicalismo mundial bebeu desta fonte, e teve sua trajetória de lutas marcada pelo paradigma marxiano, mas não conseguiu ainda hoje, superar o modelo capitalista nem tão pouco suas mazelas; no máximo impôs limites que não ameaçavam a lógica do capital. A história mostrou que pelo contrário, enquanto os movimentos coletivos dos trabalhadores reivindicavam melhores condições objetivas de trabalho, o capital promoveu estudos e pesquisas neste ramo, produzindo inovações gerenciais que vêm prometendo “felicidade”, identidade e realização para aqueles que se adaptarem à sua cultura organizacional, se apropriando da dimensão subjetiva na relação do homem com o trabalho.

O próprio Marx que “n’*O Manifesto Comunista*” (1977) colocou uma visão mais estruturalista da sociedade dividindo-a entre capital e trabalho, avançou e ampliou sua análise a partir da apreciação e estudos que fez da revolução promovida por Napoleão na França exposto no texto *O 18 brumário*” (2011), no qual identifica 13 classes e frações de classes envolvidas naquela luta, naquele contexto, demonstrando que suas análises e julgamentos precisariam desvendar e identificar as diversas mediações e determinações presentes.

Em seu livro *O Capital*, vol. 1, o autor também identificou diversos elementos envolvidos na correlação de forças na sociedade capitalista que não necessária e logicamente estariam claras, como quando reconheceu o papel dos inspetores de fábrica, agentes do Estado britânico como guardiões dos direitos do trabalhador.

Sua análise da formação social acabou se complexificando e reconhecendo que há muito mais interesses em cena do que os de somente duas classes sociais antagônicas, o que nos levar a inferir que olhar para a esfera do trabalho e ver apenas trabalhadores vítimas do capital é subestimar a força desta classe e tirar deles e de outros atores sociais a possibilidade de reação e transformação da realidade, não percebendo as reais mediações presentes.

A crise estrutural enfrentada pelos sindicatos hoje não significa o fim do movimento sindical classista, mas um momento de reestruturação, oportunidade de retomar os laços políticos com a luta pela emancipação humana, a partir da análise do passado e da aproximação com outros atores e movimentos sociais.

Conforme aponta Alves (2000) as saídas estão colocadas dentro do próprio contexto de crise que vivemos e Marx já falava que o capital é uma contradição viva, mas a contradição em si não resulta num processo revolucionário, ela é apenas a possibilidade. Precisamos apreender estas contradições. Na negatividade encontraremos a possibilidade de erigir um novo movimento de resistência e oposição à lógica e à ordem do capital de forma a poder caminhar na direção de sua superação.

No cenário contemporâneo, o sindicalismo continua sendo uma arma do trabalho contra os abusos do capital e um ator fundamental na construção de uma nova sociabilidade, mas para tanto é necessário que o mesmo retome sua potencialidade de se contrapor à ordem capitalista. A estratégia adotada pelo movimento sindical a partir dos anos 90 se revela um círculo vicioso perverso, pois debilitou o poder sindical na medida em que o coloca cooperativo e dentro da lógica de mercado, enfraquecendo seu poder de representatividade e de engendrar obstáculos efetivos ao avanço deste capital. Esta postura precisa ser superada. É importante que se diga que esta (re)tomada de consciência de classe tem como espaço prioritário a esfera do trabalho, já que esta sempre foi e continua sendo um dos espaços capazes de instaurar uma nova sociabilidade e na qual a contradição da sociedade capitalista se assenta e se estabelece.

A existência de classes antagônicas é condição ontológica do capitalismo, e entre as formas de resistência engendradas no decorrer da história contra o capital, somente aquelas que optaram pelo confronto sem perder o cariz classista conseguiram ser interlocutoras capazes de impor limites ao capital. Mas hoje esta resistência não pode mais se circunscrever à esfera da produção, é preciso generalizar a resistência, agregar-se a outros movimentos sociais, unificar a bandeira de lutas e entender que o cerne de toda desigualdade social e injustiça está na ordem burguesa e não se circunscreve a diferenças outras presentes, “secundárias” diante da contradição capital X trabalho. O movimento sindical dos trabalhadores é fundamental, mas não é suficiente.

Precisamos pensar estratégias para as ações que cooptam a subjetividade do trabalhador e estimulem um olhar crítico para a realidade, para que percebam que continuam sendo explorado, mas que hoje isto é consentido. Estratégias que podem ser forjadas em outras esferas que não só a da produção. Precisamos estabelecer alianças, solidariedade de classes com atores e movimentos sociais, inserir os “novos” excluídos sociais

neste movimento, que também não se conformam com a lógica do egoísmo de fração, como denunciou Gramsci, para construir a consciência de classe, superando a visão estreita de que suas agendas reivindicatórias estão circunscritas àquilo que as atinge e que são conflitantes.

Existem focos de resistência, devemos identificá-los e nos unir a eles, há insatisfações e contradições objetivas (e estruturais, segundo Alves (2000)). Precisamos retomar a luta em escala planetária e não mais como práxis sindical, mas como práxis política e ideológica de classe (ALVES, 2000). É necessário resgatar a solidariedade como valor universal do proletariado,¹⁸ superar a fragmentação imposta pela sociabilidade burguesa e pelo ideário neoliberal, pois se continuarmos com movimentos sociais pautados no egoísmo de classe e com sindicalismo propositivo e colaborativo a potência da classe trabalhadora continuará cada vez mais neutralizada. “Abrimos mão do nosso desejo e nos rendemos à satisfação da sobrevivência imediata”. (IASI, 2011, p. 34).

Precisamos superar a posição de indivíduos em concorrência e reconhecer a nossa situação de injustiça na injustiça do outro, superar o sentimento de revolta e torná-lo força organizativa capaz de engendrar ações para alterar o que efetivamente causa a desigualdade.

Fazendo nossas as afirmações de Iasi (2011), “O que se exige é um esforço do indivíduo capaz de conceber, ao mesmo tempo, a fraqueza da pessoa, seu caráter transitório e a percepção no outro, a continuação da obra coletiva que é a história” (op cit, 2011, p. 41). Pode parecer um sonho, mas “Para aqueles que encontram um ponto de inserção adequado à sua sobrevivência dentro da ordem do capital, esta é uma alternativa, mas para a humanidade não”. (op cit, 2011, p. 74).

**Submetido em 4 de julho de 2016 e aceito para
publicação em 13 de outubro de 2016**

18 Segundo Iasi (aulas no Programa de Pós-Graduação da ESS/UFRJ) o proletariado hoje não é o mesmo daquele descrito por Marx, mas foi e continua sendo a única força motriz revolucionária, sua negatividade diante do capital é a única capaz de enfrentá-lo e superá-lo.

Referências

- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- GUARANY, Alzira M. B. **Trabalho docente, carreira doente**: elementos que impactam a saúde mental dos docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tese de doutorado, apresentada à ESS/UFRJ, dez/2014.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1994.
- IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MARX, K. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. **O capital** – O processo de produção do capital. Livro 1, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- _____. **Coleção Os Pensadores**, São Paulo: Abril, 1978.
- MARX, Karl; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 9. ed., São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. **Manifesto comunista**. Coleção Textos, vol. III. São Paulo: Edições Sociais, 1977.
- ROSSI, Waldemar; GERAB, William Jorge. **Para entender os sindicatos no Brasil**: uma visão classista. São Paulo, Expressão Popular, 2009.
- SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. **Além da fábrica**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- SENETT, Richard. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SZNELWAR, Laerte I.; LANCMAN, Selma (orgs.). **Christophe Dejours**: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.